

21 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

Para MP, ganância motivou crimes na Voldemort

Promotores do Gaeco reafirmam, em 288 páginas, acusações feitas no processo que apura suposta fraude na contratação de oficina pelo governo do Estado

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em alegações finais, o Ministério Público (MP) reafirmou as acusações feitas em processo que tramita na 3ª Vara Criminal de Londrina de suposta fraude na contratação da oficina Providence, de Cambé, para prestar serviços mecânicos à frota do Estado, esquema que começou a ser investigado em meados de 2014 e resultou na Operação Voldemort, deflagrada em março do ano passado. Sete réus foram acusados fraude em licitação, falsidade ideológica e organização criminosa.

Em 288 páginas, os promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) Jorge Barreto da Costa e Leila Schimitti reafirmam, que, de fato, o parente distante do governador Beto Richa (PSDB), Luiz Abi Antoun, é o verdadeiro dono da Providence, juntamente com o sócio Roberto Tsuneda, e que o mecânico Ismar Ieger é apenas o "laranja".

Abi, por sua proximidade com o governo e influência política, sustentam os pro-

motores, seria o líder da organização criminosa: "Não há dúvidas de que o réu Luiz Abi atuava como efetivo líder da organização criminosa denunciada, valendo-se de sua influência política e de seu amplo poder econômico para executar os planos por ele engendrados e, assim, alcançar os objetivos almejados por todo o grupo". Na segunda fase da Operação Publicano, que apura um esquema de corrupção e sonegação fiscal na Receita Estadual, Abi é acusado pelo MP de ser o líder político da organização, tendo, inclusive, supostamente, pedido que auditores arrecadassem verba para a campanha de reeleição de Beto, em 2014, fato rechaçado pelo PSDB e pelo governador.

Reafirmam ainda que o advogado José Carlos Lucca deu suporte jurídico às fraudes e que o empresário Paulo Midauar intermediou o contato entre Ieger e Ernani Delicato, funcionário do Departamento de Transporte Oficial (Deto) da Secretaria Estadual de Administração e Previdência (Seap), que teria atuado diretamente na fraude das propostas da dispensa de licitação para a contratação da Providence. "Todos

os acusados agiram motivados pela ganância e pela pretensão de enriquecimento ilícito", escreveram os promotores, ao tratar sobre os motivos determinantes para o crime.

"Tudo o que foi alegado na denúncia, com base em interceptações telefônicas, depoimentos e documentos, foi fartamente comprovado durante a instrução do processo", afirmou Costa ontem à FOLHA. A chamada instrução ocorreu em novembro do ano passado, com a tomada de depoimentos de testemunhas arroladas pelo MP e pelos réus e pelo próprio interrogatório dos acusados.

Perante o juiz Juliano Nannucio, eles negaram as acusações e sustentaram, em linhas gerais, que Abi apenas alugou o barracão onde estava a oficina e que fez investimentos, pagando contas e comprando equipamentos, por temor de que o mecânico não tivesse condições de pagar os valores pactuados pelo aluguel.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

FOLHA DE LONDRINA

21 JUL 2016

Para o MP, essa tese não prospera. "A real propriedade dos acusados Luiz Abi e Roberto Tsuneda foi amplamente comprovada nos autos, verificando-se que estes não apenas financiaram todos os investimentos necessários à constituição e manutenção

da empresa, como também exerceram a gerência do estabelecimento comercial", escreveram nas alegações finais, última peça processual antes da sentença.

Agora, os réus são intimados para, em cinco dias, também apresentarem suas ale-

gações finais. Ontem, os advogados de todos eles foram procurados em seus escritórios, nos quais a reportagem deixou recado, mas não deram retorno até o fechamento desta edição.

Abi teria negociado contato entre governador e advogado

Nas alegações finais, os promotores também relatam conversa entre Luiz Abi Antoun e o advogado José Carlos Lucca por meio do aplicativo Whatsapp. O diálogo ficou registrado no telefone de Lucca, apreendido quando o advogado foi preso, e consta de laudo pericial do Instituto de Criminalista (IC) anexado ao processo.

Na conversa, conforme entendimento do MP, Lucca pede a Abi uma audiência com o governador, o que teria sido prontamente atendido por Abi. Referindo-se aos diálogos constantes do laudo do IC, os promotores

escrevem: "Lucca diz a Luiz Abi que ele e outras pessoas não mencionadas precisavam 'falar com o chefe', ao que Abi imediatamente questiona: 'Beto Prefeito?', tendo Lucca então respondido: 'prefeito', por óbvio referindo-se à pessoa de Beto Richa, atual governador do Estado do Paraná".

Adiante, relatam que "atendendo prontamente à solicitação do integrante da organização criminosa por ele encabeçada, Luiz Abi entra em contato com Beto, acertando, com extrema facilidade, o encontro entre ele e Lucca para a quinta-feira próxima, às 9h30, co-

municando o último quanto à reunião com o 'prefeito'. Na conversa, Abi ainda diz a Lucca que este poderia usar seu nome, "revelando-se de modo indubitoso o peso que o nome de Luiz Abi possui no cenário político do Estado do Paraná".

O promotor Jorge Barreto disse que o objetivo de incluir esses fatos nas alegações finais é justamente de demonstrar "a ascendência que Abi tinha sobre a organização criminosa".

Por meio de sua assessoria, o governador do Estado informou que "não conhece Lucca" e que "esse encontro nunca ocorreu". (L.C.)



"Tudo o que foi alegado na denúncia, com base em interceptações telefônicas, depoimentos e documentos, foi fartamente comprovado", afirmou o promotor Jorge Barreto da Costa

21 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

TJ pede que Veneri devolva R\$ 390 mil de verba de gabinete

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba – A 4ª Câmara do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná solicitou que o deputado estadual Tadeu Veneri (PT) devolva R\$ 390 mil (em valores atualizados) de recursos de verba de ressarcimento, que teriam sido utilizados para a campanha de reeleição do petista à Assembleia Legislativa (AL) em 2006. A denúncia, relativa a cartazes e calendários impressos pelo gabinete há dez anos, partiu do também parlamentar Stephanes Jr (PSB), para quem a prática contraria o regimento interno da Casa, e desencadeou uma ação popular, impetrada em 2011. A expectativa era de que a sentença fosse publicada ontem. “Para você ver o falso moralismo. Foi condenado na Justiça já em segunda instância por desvio de dinheiro”, disse o pessebista.

Veneri contou que irá recorrer da decisão, por entender que todos os valores estavam corretos. Na época, a cota mensal dos membros da Casa para gasto com materiais de escritório, passagens, telefone e outros insumos era de R\$ 27,5 mil. Entretanto, o petista acumulou um crédito de R\$ 275 mil, para usar no final do mandato.

“Tivemos a aprovação aqui, no plenário, e no Tribunal de Contas (TC). A mesma pessoa entrou cinco vezes com o processo; em todas o Ministério Público nos deu ganho de causa. O juiz de primeiro grau pediu o arquivamento, o Nurce (Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos), quando fez a investigação, também pediu para que fosse arquivado”, afirmou. “É bom que se fique claro que não há nenhum dolo, não há má-fé, não há nenhuma irregularidade do ponto de vista das notas apresentadas. Mas é um julgamento, uma sentença, cabe recurso e vamos usar esse procedimento”, completou.

21 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Formalismo

O deputado mais atuante do nosso Legislativo (ele de um lado, Romanelli de outro) Tadeu Veneri sofreu forte revés na 4ª Câmara do Tribunal de Justiça condenado por uso indevido de R\$ 390 mil, em valores atualizados, de suas verbas de ressarcimento na campanha eleitoral própria em 2010 e que devem ser devolvidas. O deputado recorre dessa decisão ao STF e isso se dá num momento difícil na condição de candidato do PT à prefeitura e que atinge uma das suas mais fortes características, a da integridade. Trata-se formalmente de pecado venial e que demonstra que o candidato usou recursos impróprios, mas menos chocantes do que aqueles que se servem de lobby em favor de financiadores como os relatados da Lava Jato. Uma infração formal e que indica também a carência de recursos.

Corregedoria

Se o corporativismo não limitasse tanto a ação das corregedorias, certamente tanto a polícia civil quanto a militar dependeriam menos de ações originárias do Ministério Público mormente do Gaeco. Ainda agora houve o caso do ex-delegado de Piraquara, ora afastado por 90 dias em ato administrativo, por haver transferido um carro objeto de perícia criminal para seu pai. Se as corregedorias puderem atuar com um mínimo de "distanciamento", casos como esse serão resolvidos na instância própria.

A cultura de proteção é compreensível, tanto que o controle externo do Judiciário não mais faz das corregedorias uma escala definitiva, prevalecendo o ponto de vista do Conselho Nacional de Justiça, aberto inclusive às denúncias.

21 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

TRF autoriza visitas a prefeito

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) autorizou a visita do filho, dos irmãos e da mãe ao prefeito de Foz do Iguaçu (PR), Reni Pereira, que cumpre prisão domiciliar. A decisão, em caráter liminar, foi proferida pelo juiz federal Rodrigo Kravetz, convocado para substituir o desembargador Márcio Rocha, responsável pelo caso.

Respeito a horários

A defesa de Pereira fez um pedido de extensão da autorização de visitas, requerendo a inclusão da mãe, dos irmãos e do filho mais velho, do primeiro casamento do prefeito, Renan Felipe Kopper Pereira, que não reside com o pai. Segundo o magistrado, embora o regime domiciliar imponha restrições para que a medida não perca a essência de cautelaridade prisional, isso não implica proibição absoluta de visitas. Kravetz ressaltou, entretanto, que deverão ser respeitados os mesmos horários concedidos aos presos provisórios.

Prisão preventiva e tornozeleira negadas

O Ministério Público Federal (MPF) também recorreu da decisão de prisão domiciliar requerendo a prisão preventiva ou, caso negada, o uso de tornozeleira eletrônica por Pereira. Os pedidos do MPF foram indeferidos por Kravetz. No dia 18 de agosto, a 4ª Seção, formada pela 7ª e pela 8ª Turmas, deverá julgar o mérito da prisão domiciliar e das medidas cautelares.

21 JUL 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Trabalhista

O ex-assessor do governo do Paraná Marcelo Caramori recorreu à Justiça para cobrar indenização do Estado por danos morais. O processo reúne fotos de Tchello Caramori – como também é conhecido – em viagens do governador Beto Richa (PSDB) ao interior, inclusive credenciais de “imprensa” nos eventos oficiais a Londrina e Arapongas. Também são apresentadas fotos de coletes da Polícia Militar, onde é possível ver o nome do ex-assessor, que atuava como fotógrafo.

Humilhação

Para ilustrar a causa, Caramori cita um episódio quando o governador teria lhe dado uma bronca durante evento em Londrina, causando “humilhação” e “vergonha”. Além disso, alega que teria usado veículo próprio em atividades desenvolvidas em favor do Estado, gastando para isso, R\$ 2 mil em média, sem ressarcimento. Desempregado desde que foi exonerado pelo governo, Tchello esteve preso no começo do ano passado, suspeito de exploração sexual de menores. Na época, era lotado na governadoria do Paraná e atuava como fotógrafo do governo em Londrina e região.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Novo TRF do Paraná completa três anos à espera de julgamento

Proposta de um TRF no Paraná está parada no STF há 3 anos

Criação de outros três novos tribunais regionais federais também depende de decisão do STF

Joana Neitsch

● A espera por uma decisão da Justiça sobre a instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6) no Paraná — e de outros três tribunais — completou três anos sem perspectivas concretas de que os projetos irão adiante. Aprovados pelo Congresso em junho de 2013, os novos TRFs não puderam ser instalados devido a um pedido de liminar aceito pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa. Para os defensores da causa, enquanto o tema não vai a julgamento, a sociedade sente a demora na prestação da Justiça e o próprio Estado perde recursos que poderiam entrar mais rapidamente pela execução fiscal.

Além do Paraná, a Emenda Constitucional 73 previa a instalação de novos tribunais na Bahia; no Amazonas e em Minas Gerais. Atualmente, existem sedes de TRFs em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

A Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI) 5017, ajuizada pela Associação Nacional dos Procuradores Federais (Anpaf), apontou que haveria vício de iniciativa na proposta do Legislativo. Na visão da entidade, ela teria de ter partido do Judiciário. O caso está sob relatoria do ministro do STF Luiz Fux.

Na última semana, a revista *Veja* divulgou que juízes acreditam que o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, colocará o caso em pauta em agosto. Contudo, segundo a assessoria do STF, não há dados oficiais. Lewandowski só pode incluir o caso na pauta quando Fux liberar a ação.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Roberto Veloso, afirma que a expectativa da magistratura federal é que a ADI vá a plenário em agosto. Por outro lado, a Ajufe considera que a Anpaf não tem legitimidade para ajuizar a ação e ela deveria ser extinta. Segundo Veloso, a Anpaf deixou de existir quando se juntou com a União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe).

Defesa

A revisão das dimensões do segundo grau de jurisdição é defendida tanto por Veloso quanto pela presidente da Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe), Patrícia Panasolo.

“De nada adianta o primeiro grau ser célere, cumprir as metas das respectivas corregedorias e CNJ, se o processo tem que aguardar anos para ser julgado no Tribunal Regional Federal”, diz Patrícia.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região atende atualmente o Paraná. Com a instalação dos novos tribunais, o estado passaria a ser sede do TRF-6.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 JUL 2016

OS CUSTOS

Antes de atender ao pedido liminar para suspender os novos TRFs, Joaquim Barbosa manifestou preocupação com os custos. Em 2013, a estimativa era de que os quatro novos TRFs custariam R\$ 922 milhões por ano. Já o presidente da Ajufe, Roberto Veloso, explica que a Justiça Federal é superavitária. "Arrecadamos mais na execução fiscal do que gastamos. E com a instalação dos novos tribunais teremos mais arrecadação", diz.

ENXUTOS

O juiz federal Anderson Furlan afirma que os tribunais federais devem otimizar a execução fiscal. "Sonegadores acabam se beneficiando da demora da Justiça para ocultar patrimônio." Furlan foi presidente da Apajufe e participou ativamente da campanha pelos novos TRFs. Ele diz que os novos tribunais devem ser criados já com um novo modelo de gestão, mais enxutos, com menos servidores e com processo eletrônico.

'ESFORÇO EXTRAORDINÁRIO'

O advogado José Lúcio Glomb, ex-presidente da OAB-PR, define como "extraordinário" o esforço feito para a criação dos novos tribunais. No Paraná, várias instituições estiveram envolvidas na defesa da instalação do novo Tribunal Regional Federal.

"Com estrutura cinco vezes maior, a Justiça do Trabalho tem metade dos processos [da Justiça Federal]."

Roberto Veloso, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

"O maior prejuízo é para as partes. A aproximação da Justiça às pessoas está prejudicada."

José Lúcio Glomb, ex-presidente da OAB-PR.

"Para melhorar a Justiça é preciso investir para que a Justiça funcione."

José Noronha, presidente da OAB-PR.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

● PECÚLIO

MPF acusa prefeito de Foz de usar parentes como laranjas

FOZ DO IGUAÇU

Bruno Soares

Especial para a Gazeta do Povo

● Mãe, irmão, irmã, cunhada, filhos, sobrinhos e esposa, a deputada estadual Claudia Pereira (PSC). Esta é a relação de familiares do prefeito afastado de Foz do Iguaçu, Reni Pereira (PSB), que integraram ou integram quadro societário de empresas criadas, segundo o Ministério Público Federal (MPF), “para dar vazão aos recursos públicos federais desviados da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu”.

A acusação fez parte do pedido de prisão acatado no último dia 14 pelo desembargador federal Márcio Antônio Rocha. Desde então, Reni permanece judicialmente afastado do cargo de prefeito e cumpre prisão domiciliar.

Para apontar o envolvimento da família do investigado no escândalo de corrupção descoberto pela Polícia Federal (PF), que corre no bojo da Operação Pecúlio, os investigadores quebraram os sigilos bancário e fiscal de Reni.

Empresas

De acordo com análises documentais, logo após ter vencido as eleições municipais, em outubro de 2012, Pereira passou a ingressar o quadro societário das empresas Berttoni Empreendimentos e Participações

Ltda., Jardim Botânico Empreendimentos e Participações Ltda.; e Fontoura Pereira & Cia Ltda. Todas as três empresas, sediadas em sua antiga residência, não apresentam movimentação financeira nos últimos cinco anos.

“A cronologia dos fatos indica que todas as três empresas foram formalizadas, acompanhando a ‘evolução’ do mandato do investigado Reni Pereira, a indicar o caminho dos recursos desviados, provenientes do erário público federal”, pontua a procuradora Regional da República, Antônia Lélia Neves Sanches.

Além do prefeito afastado, integram o quadro societário das três instituições sua esposa, a deputada Claudia Pereira, e mais dois filhos do casal, sendo um maior e outro menor de idade. A soma do capital social das três empresas é de R\$ 527 mil.

SÓCIA É MÃE

Entre os familiares de Reni que passaram a incorporar quadro societário de empresas após a eleição como prefeito de Foz está a mãe dele, falecida em setembro de 2015. Segundo o MPF, apesar de contar com 77 anos à época de sua inclusão e estivesse aposentada pelo INSS por invalidez, figurava como sócia responsável de empresas.

OUTRO LADO

A reportagem da **Gazeta do Povo** tentou contato com a deputada Claudia Pereira para que ela pudesse se defender das acusações do Ministério Público Federal. Sua assessoria, entretanto, não retornou os e-mails enviados e a deputada não atendeu às ligações feitas ao seu aparelho celular. Reni Pereira nega as acusações.



Claudia Pereira é suspeita de ser sócia de empresas fantasmas.

Durou pouco o mais novo bloqueio judicial do WhatsApp, implantado e derrubado na tarde de terça-feira. Mas essas poucas horas foram suficientes para despertar nova polêmica sobre a desproporcionalidade e a cegueira de certas decisões judiciais, bem como a colisão de direitos como privacidade e segurança.

Diferentemente do bloqueio de maio deste ano, em que um juiz solicitou o conteúdo de mensagens já enviadas entre investigados e não foi atendido, no caso desta semana a Justiça solicitou ao Facebook (proprietário do WhatsApp) que, a partir de então, as conversas travadas entre investigados fossem repassadas às autoridades antes de serem criptografadas — na prática, um “grampo de WhatsApp”. O Facebook alegou impossibilidade técnica de cumprir a requisição e ainda por cima, de forma claramente acintosa, respondeu em inglês ao pedido judicial, solicitando que a comunicação passasse a ser feita naquele idioma, como se o Facebook não tivesse escritórios e funcionários no Brasil capazes de lidar com a demanda. A negativa da empresa levou a juíza Daniela Barbosa, da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Duque de Caxias (RJ), a determinar o bloqueio do aplicativo.

O Facebook alega que é impossível realizar intercepções de troca de mensagens por causa da tecnologia de criptografia que emprega na transmissão de dados. Isso torna o WhatsApp mais competitivo, pois é natural que os usuários de um serviço de comunicação on-line prefiram opções que lhes garantam o máximo de privacidade: trata-se de ter certeza de que suas conversas não cairão na boca do povo ou nas mãos do Estado. Mas isso tem um impacto na segurança pública, pois a privacidade que o WhatsApp oferece às pessoas honestas para suas conversas cotidianas funciona também em favor dos criminosos. Até que ponto é saudável desenvolver ou propagar um instrumento de comunicação tão inviolável que impeça inclusive a

Ainda que o Facebook tivesse mentido, o bloqueio do WhatsApp seria a resposta ideal?

cooperação com autoridades policiais e judiciais?

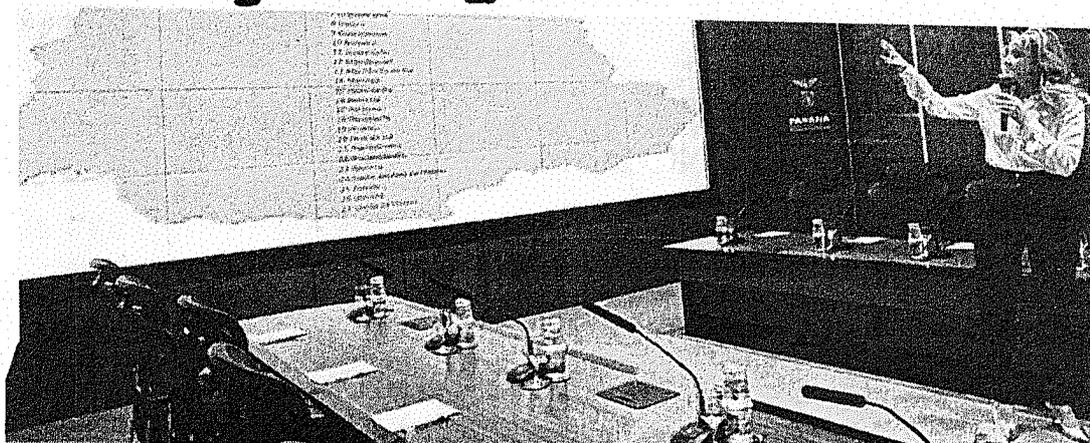
Mas este conflito entre privacidade e segurança nem de longe é o aspecto mais grave da decisão que mandou bloquear o WhatsApp. A reflexão que o momento exige é: ainda que o Facebook estivesse zombando da Justiça e mentindo sobre a possibilidade de atender o pedido judicial — o que poderia ser, inclusive, encarado como crime de obstrução da Justiça —, o bloqueio do aplicativo seria a resposta ideal? A resposta é um sonoro “não”.

Aqui entra em jogo o equilíbrio entre o objetivo que se pretende atingir e o dano que certa medida causará. Decisões judiciais precisam ser gravosas na justa medida da necessidade; jamais devem penalizar de forma excessiva. E não há a menor dúvida de que a juíza Daniela Barbosa extrapolou e muito os limites do bom senso e não aprendeu com os casos anteriores de bloqueios posteriormente derrubados em instâncias superiores. Suspender o aplicativo não apenas não ajuda em nada as investigações em tela como ainda prejudica milhões de brasileiros que nada têm a ver com o caso, muitos dos quais usam o WhatsApp para questões profissionais, avisos urgentes e outras situações de suma importância. Em vez de adotar punições que atingissem apenas o Facebook — como, por exemplo, uma multa vultosa —, optou-se por violar direitos de uma população inteira.

É por essa razão que fez bem o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, em suspender a decisão, alegando sua desproporcionalidade. Não há dúvidas de que uma empresa, ao operar no país, precisa se conformar ao ordenamento jurídico nacional (embora a lei ou o Estado não possam exigir o impossível). Mas para fazer cumprir a lei não se pode extrapolar os limites e deixar de lado a razoabilidade. Que a intervenção do presidente do Supremo, ainda que em caráter liminar, desencoraje futuras decisões semelhantes e restabeleça o bom senso.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO PR quer expandir método com reincidência zero para presos



Juíza Branca Bernardi mostrou o método Apac em reunião nesta semana com juízes e o governo.

Projeto que se
contrapõe ao sistema
penitenciário comum
deve chegar a mais
12 cidades até 2017

Diego Ribeiro

● Um projeto que conseguiu taxa zero de reincidência criminal com presos será alavancado como uma nova aposta para responder ao quadro caótico do sistema penal paranaense. A ação em questão é a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), que começou no estado na cidade de Barracão, no Sudoeste, há quatro anos.

Diferentemente do sistema penitenciário comum, na Apac não é permitido superlotar a unidade e permanecem até 40 detentos por período de tratamento penal. O método é baseado em 12 premissas que implicam em participação efetiva dos moradores, solidariedade entre os presos, traba-

lho, assistência jurídica, participação da família, valorização humana e religião.

Em 2014, quando ainda caminhava, a Apac de Barracão tinha 23 presos em regime fechado recuperando-se com o método. Hoje, 100 deixaram a unidade para a semiliberdade e há 41 dentro do estabelecimento.

Segundo a coordenadora estadual sobre Apac do Tribunal de Justiça e juíza de Barracão, Branca Bernardi, até agora não houve reincidência na cidade. Já nas unidades penitenciárias comuns no país, oito em cada dez detentos voltam a cometer crimes.

Já são 27 cidades interessadas no método no estado, lideradas pelos magistrados locais. Além de Barracão, a Apac de Pato Branco tem o projeto consolidado com 17 detentos.

É um trabalho de formiga, mas a expectativa da juíza, pioneira do método no Paraná, é que mais duas (em Alto Paraná e Jacarezinho) sejam inauguradas neste ano e outras dez em 2017.

Em Barracão, por exemplo, a indústria local participa efetivamente, assim como a comunidade, concedendo oportunidade aos presos de aprender uma nova profissão dentro das Apacs.

“Não é um substituto para todo sistema penal, mas é uma proposta mais humana e viável que as penitenciárias deveriam fazer e não conseguem devido à superlotação”, diz o juiz da 1ª Vara de Execução Penal de Curitiba, Eduardo Lino Fagundes Bueno.

CONTINUA

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

O QUE É?

A Apac é uma pessoa jurídica sem fins lucrativos que precisa do envolvimento da sociedade. Se a comunidade local do município não aprovar, a Apac não sairá do papel. É preciso também conseguir filiação na Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, aprovar nas câmaras municipais e na Assembleia Legislativa uma lei que declare a Apac entidade de utilidade pública. Outro ponto que afasta o método Apac do tradicional é o custo por preso. No Paraná, cada preso custa R\$ 3,5 mil por mês. O convênio para manter a Apac custa um salário mínimo regional (R\$ 1.148) por detento.

GAZETA DO POVO

Temer sanciona sem vetos reajuste de 41,5% para o Poder Judiciário

21 JUL 2016

● Mesmo em meio a um esforço de ajuste fiscal, o presidente interino, Michel Temer (PMDB), sancionou sem vetos ontem proposta que concede reajuste salarial de 41,5% para servidores do Poder Judiciário.

A sanção será publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União". O aumento faz parte de pacote de reajustes para diversas categorias do funcionalismo público autorizado pelo governo interino em junho.

Pela proposta, o aumento ocorre de forma escalonada em oito parcelas até julho de 2019. Segundo o Ministério do Planejamento, há espaço fiscal para o aumento.

Custos

O impacto da iniciativa, pelos cálculos do governo interino, é de R\$ 1,7 bilhão para os cofres públicos ainda em 2016. Para 2017, a previsão é de um impacto de R\$ 4,7 bilhões.

Em 2018, o governo interino projeta gastos de R\$ 6,5 bilhões e, em 2019, de R\$ 9,3 bilhões. O total acumulado nos quatro anos é de quase R\$ 22,3 bilhões.

Outros servidores

Com apoio da gestão Temer, o Congresso Nacional também aprovou neste ano um aumento de R\$ 52,9 bilhões até 2019 para servidores públicos.

Para o Palácio do Planalto, a elevação enquadra-se na regra de teto para o crescimento dos gastos públicos criada pela nova equipe econômica.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Diretor da Fiesp que deve R\$ 6,9 bilhões à União renuncia ao cargo

Apontado como o maior devedor da União, o empresário Laodse de Abreu Duarte renunciou ao cargo de diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), dois dias depois de o jornal *O Estado de S. Paulo* publicar reportagem revelando que o débito do empresário é de R\$ 6,9 bilhões. O valor é maior que o de 18 estados, individualmente. De acordo com o site da Fiesp, Duarte era um dos 86 diretores da entidade e integrava o Conselho Superior do Agronegócio, além de presidir o Sindicato da Indústria de Óleos Vegetais e seus Derivados de São Paulo. Na nota, a Fiesp afirma que Duarte exercia um cargo não remunerado e que ele está contestando os débitos na Justiça. A Federação afirma ainda que "não faz prejulgamentos sobre casos que estão na esfera judicial", mas reitera seus princípios de intransigência no combate à sonegação e corrupção, bem como o de condenar a "excessiva carga tributária" do país.

CONDENAÇÃO

Temer tem prazo para pagar multa eleitoral

O presidente interino Michel Temer (PMDB) tem 29 dias para pagar a multa no valor de R\$ 80 mil referente ao processo no qual foi condenado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por doação acima do permitido na legislação. Por esta condenação, Temer pode ser enquadrado na Lei da Ficha Limpa caso tente se candidatar a um cargo eletivo nos próximos oito anos.

REINALDO BESSA

Não nos deem trabalho

O presidente do TSE, ministro Gilmar Mendes, dará uma palestra nesta sexta-feira em Curitiba, a convite da Fiep, no lançamento do movimento Vote Bem. Visando as eleições municipais deste ano, a Federação das Indústrias do Paraná e mais de 30 instituições parceiras lançam oficialmente o movimento a partir das 19 horas, no Campus da Indústria do Sistema Fiep. O tema da palestra será "Defeitos e virtudes do atual processo eleitoral". As inscrições para o evento são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.fiepr.org.br.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

Brecha na lei para reduzir gasto eleitoral permite despesas ainda maiores

Tabela do TSE libera tetos mais altos para 249 cidades do Paraná com até 10 mil eleitores, mas campanhas devem ser bem mais baratas nos grandes municípios

Katia Brembatti

● A tentativa de forçar a redução nos gastos das campanhas eleitorais a partir deste ano pode sair pela culatra — pelo menos no estabelecimento de valores menores que os desembolsados no pleito de 2012. É que o valor resultante da soma das maiores despesas declaradas em cada cidade na última eleição municipal é menor do que o teto máximo permitido para gastar nas campanhas deste ano, conforme tabela anunciada ontem pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pela lei, não deveria ser assim. É que a minirreforma eleitoral, aprovada no passado, fixava redutores — de 30% para pequenas cidades e 50% para grandes — em relação à quantia desembolsada pelo mais “gastão” do pleito anterior. Matematicamente, isso deveria ser suficiente para que os limites neste ano fossem menores, mas uma brecha na lei acabou inflando os valores.

Para cidades com até 10 mil eleitores, a regra pode ser outra. Ao invés de considerar apenas os valores de acordo com os máximos gastos na campanha anterior, o teto permite que seja adotado um patamar de R\$ 100 mil para os candidatos a prefeito e R\$ 10 mil para os postulantes a vereador (o valor foi reajustado pela inflação e já está em R\$ 108 mil e R\$ 10,8 mil, respectivamente).

Como os gastos declarados pelos concorrentes das cidades pequenas costumam ser bem menores que o novo padrão fixado pela lei, essa distorção impactou o resultado final. As cidades brasileiras com até 10 mil eleitores representam 3,7 mil dentre as 5,5 mil.

No Brasil, a soma dos maiores gastos entre todas as campanhas para prefeito chegou a 1,363 bilhão — contra R\$ 1,384 bilhão previsto para a eleição de 2016.

O Paraná seguiu a mesma tendência, com R\$ 75 milhões de valores declarados em 2012 pela soma dos candidatos que mais gastaram — contra o limite permitido de R\$ 82 milhões agora.

Das 399 cidades do Paraná, 249 têm até 10 mil eleitores. Entre as cidades menores, só 15 registraram gastos de campanha superiores ao novo patamar estabelecido pela lei. Assim, uma campanha para prefeito em Altamira do Paraná, que tem 3,3 mil eleitores,

poderá custar até R\$ 289 mil.

Outro aspecto que fez a tabela de tetos para 2016 ficar bem maior que a de 2012 foi a reposição inflacionária, na ordem de 33% nos últimos quatro anos.

Doações minguem

Diante de uma série de fatores, como a crise econômica e a restrição às doações por empresa, dificilmente os comitês gestores de campanha conseguirão arrecadar o máximo permitido pela lei, mas é fato que a legislação não cumpriu o propósito.

É importante frisar que até a campanha anterior não havia qualquer limite de gastos — o candidato poderia usar o máximo que arrecadasse, desde que não caracterizasse abuso de poder econômico (que é quando a supremacia financeira de um dos concorrentes inviabiliza a disputa).

CONTINUA

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

QUANTO PODE CUSTAR?

Comparação entre as campanhas mais caras de 2012 e o teto de gastos para 2016 por candidato:

O que diz a lei

O limite para os gastos em campanha é de:

- **70%** do maior gasto declarado, em cidades em que só há **um turno**
- **50%** do maior gasto declarado, em cidades em que houve **dois turnos**
- Nos municípios de até **dez mil eleitores**, vale o limite que for maior: ou **70%** do maior gasto na eleição anterior ou **R\$ 108 mil** para prefeito e **R\$ 10,8 mil** para vereador.
- Os valores foram reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com índice de 33,7%, do acumulado de outubro de 2012 a junho de 2016, e de 8,03%, do acumulado de outubro de 2015 a junho de 2016, em consideração aos tetos de R\$ 100 mil para prefeito e R\$ 10 mil para vereador nas cidades com até dez mil eleitores.

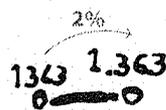
Custo das campanhas

Uma previsão dos custos das eleições 2016 em comparação com 2012, baseada nos limites de gastos

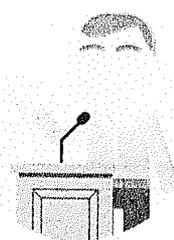
Em R\$ milhões



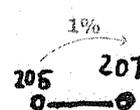
candidatos a **prefeito**



2012* 2016**



candidatos a **vereador**



2012* 2016**

No Brasil

No Paraná



2012* 2016**



2012* 2016**

*Quanto foi gasto: Soma dos valores gastos nas campanhas mais caras em cada cidade. **Quanto pode ser gasto: Soma dos limites de gastos em cada cidade

Evolução do custo para prefeitos nas cidades mais caras

Em R\$ milhões, no 1º turno

No Paraná

	2012	2016	var. (%)
1º Curitiba	14,3	9,6	-33,1
2º S. J. dos Pinhais	3,8	3,6	-6,4
3º Maringá	2,5	1,7	-33,1
4º Londrina	2,4	1,6	-33,1
5º Foz do Iguaçu	1,7	1,6	-6,4
6º Ponta Grossa	2,3	1,5	-33,1

No Brasil

	2012	2016	var. (%)
1º São Paulo	68	45	-33,1
2º Belo Horizonte	29	27	-6,4
3º Rio de Janeiro	21	20	-6,4
4º Salvador	22	15	-33,1
5º Fortaleza	19	12	-33,1
6º Curitiba	14,3	9,6	-33,1

Fonte: TSE. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

IMPACTO MAIOR

Diminuição será brusca em Curitiba e outras capitais

● Enquanto nos municípios menores o limite ficou menos apertado, nas maiores cidades do Brasil o impacto da restrição de despesas de campanhas é bastante considerável. Em Curitiba, a diminuição é de R\$ 4,7 milhões em relação à campanha mais cara para prefeito do pleito de 2012. Agora, nenhum candidato poderá gastar mais que R\$ 9,6 milhões no 1º turno. Também na corrida por vagas na Câmara Municipal a gastança deverá ser menor: teto de R\$ 465 mil. A segunda cidade com a possibilidade de maior gasto eleitoral no Paraná é São José dos Pinhais, com R\$ 3,6 milhões para candidatura a prefeito. Na sequência aparecem os limites para Maringá (R\$ 1,7 milhão), Londrina (R\$ 1,6 milhão), Foz do Iguaçu (R\$ 1,6 milhão) e Ponta Grossa (R\$ 1,5 milhão). Os valores representam a metade da maior despesa declarada em 2012, acrescidos da reposição inflacionária do período. A menor redução deve ser na disputa eleitoral de São Paulo, com limite estabelecido em R\$ 45 milhões – sendo que a mais cara campanha para prefeito na disputa anterior foi de R\$ 68 milhões. Curitiba aparece na sexta posição entre os valores máximos permitidos para despesa de campanha.

ERRO EM PARANAGUÁ

Se o TSE não revisar o limite máximo de gastos de campanha, os candidatos a vereador em Paranaguá poderão gastar até R\$ 15 milhões, cada um, no pleito de 2016. É mais que o valor gasto pela candidatura mais cara à prefeitura de Curitiba nas eleições de 2012: R\$ 14 milhões. Tudo leva a crer que se trata de um tipo de erro na prestação de contas de 2012 de algum candidato a vereador da cidade.

FUNCIONÁRIOS

A legislação, fruto da reforma eleitoral aprovada no ano passado, também estabeleceu a quantidade máxima de funcionários que cada campanha pode contratar. No caso de Curitiba, são 14,1 mil contratados por campanha para prefeitura e 3,9 mil por concorrente a vereador. O limite foi fixado de acordo com o número de eleitores de cada cidade.

21 JUL 2016

GAZETA DO POVO

● DECISÃO

Justiça manda Carrefour parar de fazer venda casada em cartão

Larissa Fanes

Especial para Gazeta do Povo

● A rede de supermercados Carrefour está proibida de fazer venda casada de seguro residencial em seus cartões de crédito. A decisão é da 20.^a Vara Cível de Curitiba e tem validade para todo o país. O Grupo Carrefour é acusado de cobrar dos consumidores, na fatura do cartão da rede, um adicional referente a um seguro residencial que os clientes não haviam contratado.

O Seguro Residência Protegida Carrefour era comercializado pelo Banco CSF S/A, que também é réu no caso. A decisão da Justiça foi tomada a partir de uma ação coletiva ajuizada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, que analisou reclamações de consumidores que estavam sendo cobrados sem consentimento.

A Justiça determina ainda que as empresas devolvam o dobro dos valores cobrados indevidamente e paguem multa de R\$ 100 mil por danos morais coletivos.

Em nota, a empresa afirma que não pratica venda casada e que os serviços oferecidos estão alinhados com as normas regulamentadoras específicas para cartões de crédito e seguros. O Grupo Carrefour diz que “atua estritamente de acordo com a legislação” e que vai aguardar a decisão final do processo.

O PROCESSO

A ação coletiva foi ajuizada pela Promotoria de Defesa do Consumidor de Curitiba.

21 JUL 2016

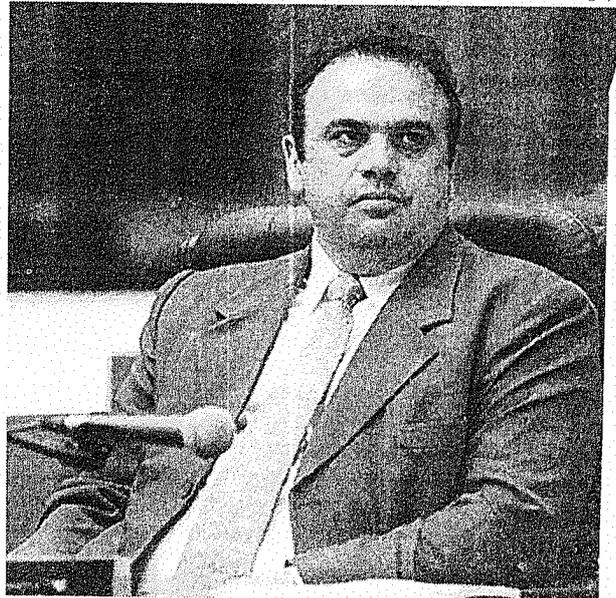
JORNAL DO ÔNIBUS

TRF diz que prefeito de Foz pode continuar em casa

Divulgação

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu nesta quarta-feira (20) manter o prefeito afastado de Foz do Iguaçu, Reni Pereira (PSB) em prisão domiciliar, sem o uso de tornozeleira eletrônica. Ele está preso desde o dia 14 deste mês, devido aos desdobramentos da Operação Pecúlio, que investiga desvios de dinheiro da prefeitura da cidade.

A decisão foi tomada com base em um pedido do Ministério Público Federal (MPF), que havia solicitado ao TRF4 que a prisão de Reni Pereira fosse transformada em preventiva. Se a solicitação dos procuradores tivesse sido aceita, o prefeito seria transferido a uma cadeia. ■



O prefeito afastado de Foz é acusado por desvios na Prefeitura

JORNAL DO ÔNIBUS 21 JUL 2016

STF investiga Rossoni por crime ambiental

O chefe da Casa Civil do governo do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB) está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal por suposto crime ambiental. O inquérito foi aberto em janeiro deste ano. A relatora, ministra Cármen Lúcia, solicitou informações à Polícia Federal sobre o caso. O inquérito tem origem em atos de 2002: as autoridades ambientais acusam o então deputado estadual de ter praticado queimadas e desmatamento em área de preservação ambiental sem sequer ter pedido autorização para isso. Rossoni é dono de uma madeireira no município de Bituruna, na região sul do Paraná.

O caso foi remetido ao STF porque Rossoni é atualmente deputado federal – embora esteja licenciado da Câmara desde assumiu a Casa Civil. Se o STF acreditar que há razão para isso, Rossoni pode ser denunciado e virar réu em um processo criminal. ●

Pedido negado

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, negou ontem (20), por motivos processuais, pedido feito pela defesa do deputado federal afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para suspender os depoimentos de 11 testemunhas de acusação na ação penal em que o parlamentar é acusado dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.

OAB acompanhará júri do acusado de matar advogada



A diretoria da OAB Paraná acompanhará nesta quinta-feira (21), no Tribunal do Júri, em Curitiba, o julgamento do empresário Vanderson Benedito Correa, acusado de homicídio qualificado da advogada Kátia Regina Leite. Ela foi assassinada em 2010 com cinco tiros na cabeça, quando saía de casa, no bairro Boa Vista. O júri terá início às 8h. Serão ouvidas 11 testemunhas.

Desde o crime, a OAB Paraná acompanha as investigações, pois havia fortes indícios de que a motivação foi a atuação profissional da advogada durante um processo de separação judicial, onde ela defendia a ex-esposa do empresário. O advogado Dálio Zippin Filho foi designado para atuar como assistente de acusação em nome da OAB já na fase do inquérito policial. ●

Delegado que ficou com BMW poderá ser demitido

Após a Vara Criminal de Piraquara determinar o afastamento, por 90 dias, de um delegado da Polícia Civil denunciado por peculato, a Corregedoria Geral da Polícia Civil divulgou nota nesta quarta-feira (20) informando que instaurou na época dos fatos, uma investigação preliminar que tramitou paralelamente ao procedimento investigatório criminal instaurado pelo Gaeco.

Segundo a Corregedoria, a investigação levou a um processo administra-

tivo disciplinar para apurar a conduta do delegado Osmar Feijó, o qual foi judicialmente afastado de suas funções, já na sexta-feira (15), por 90 dias. O nome do delegado foi divulgado em nota pela Corregedoria. O delegado, na época lotado na delegacia de Piraquara, está sendo investigado com pena prevista de demissão, por praticar crime contra administração pública, ou seja, pelo crime de peculato que é quando a pessoa se apropria de bens públicos. ●

21 JUL 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Candidatos em Curitiba poderão gastar até R\$ 9,5 mi

■ Para quem vai concorrer a vereador o limite é de R\$ 465 mil

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou ontem os limites de gastos para candidatos a prefeito e vereador nas eleições municipais deste ano. Em Curitiba, quem for disputar a prefeitura poderá gastar até R\$ 9,5 milhões. Eles ainda poderão contratar até 14,1 mil pessoas para trabalhar na campanha. Já os que vão concorrer a uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores poderão ter despesas de até R\$ 465

mil. Curitiba terá o sexto maior limite de gastos do país. A capital do Paraná está atrás apenas de São Paulo (R\$ 45,4 mi), Belo Horizonte (R\$ 26,6 mi), Rio de Janeiro (R\$ 19,8 mi), Salvador (R\$ 14,6 mi) e Fortaleza (R\$ 12,4 mi).

Já para o segundo turno, os candidatos a prefeito da capital poderão gastar no máximo R\$ 2.871.326,94. O limite para quem concorre ao cargo de vereador de Curitiba é de R\$ 465.702,68 e será possível

contratar até 3.962 pessoas na campanha. Além de Curitiba, outras quatro cidades paranaenses estão entre os 100 municípios com maior limite de gastos para os candidatos a prefeito no Brasil. São José dos Pinhais, na Região Metropolitana, ocupa a 30ª colocação com R\$ 3,6 milhões. Em Maringá (88ª), Londrina (96ª) e Foz do Iguaçu (97ª), o limite de gasto durante a campanha do primeiro turno será de R\$ 1,6 milhão. ●

21 JUL 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tribunais trabalhistas reverterem até 78% das dispensas por justa causa

É difícil que a Justiça do Trabalho concorde com uma dispensa por justa causa. De acordo com levantamento do escritório Rocha, Ferracini, Schaurich Advogados, entre 70% e 80% das demissões por justa causa são revertidas pelo Judiciário, que acaba condenando as empresas a readmitir os funcionários ou a pagar as indenizações próprias de dispensas sem justa causa.

A pesquisa, feita a pedido da revista eletrônica Consultor Jurídico, levou em conta duas bases de dados: decisões de 2014 dos tribunais regionais do trabalho de Campinas (15ª Região) e de São Paulo (2ª Região); e decisões tomadas entre 15 de julho de 2015 e 15 de julho deste ano no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, com sede no Rio Grande do Sul.

Nos tribunais paulistas, 78% das demissões por justa causa analisadas foram revertidas.

PROJETISTA É INOCENTE

Acusado de apologia ao nazismo prova na Justiça que é colecionador de objetos militares

Da Redação

O projetista mecânico Gregor Smal foi inocentado pela Polícia Federal da acusação de apologia ao nazismo. Em 2013, a Polícia Militar entrou na casa dele e recolheu várias armas, objetos militares e condecorações de várias nações, entre eles, do exército alemão, da época da 2ª Guerra Mundial, o que fez a polícia pensar que ele fosse um neonazista. Mas Gregor conseguiu provar à Justiça Federal que, na verdade, ele é um militarista, ou seja, colecionador de objetos militares.

Gregor mostrou à Tribuna

parte de sua coleção de condecorações militares. Entre mais de 60 medalhas que possui em seu acervo, por algumas ele tem carinho especial, como as medalhas da Força Expedicionária Brasileira, dadas aos pracinhas que foram para a Itália entre 1944 e 1945. Entre elas estão medalhas russas e americanas da 2ª Guerra Mundial.

ALEMANHA

Entre as várias nacionalidades do acervo, Gregor também possuía objetos do antigo exército alemão, com a suástica do regime nazista. O projetista foi enfático em dizer que odeia Hitler e que os objetos que tinha eram apenas de coleção, por seu valor histórico. “Mas na época, o delegado juntou todos os objetos alemães que possuíam a suástica e, quem olha a foto montada, realmente pensa que o Gregor é um neonazista, o que não é verdade”, defendeu o advogado do projetista, Jefferson de Oliveira Júnior.

Entre os objetos mostrados na foto, na época, havia armas

de uso civil (que, segundo o advogado, a perícia constatou serem inoperantes), um projétil anticarro 37 milímetros, uma peça de morteiro 81 mm e uma bandeira de batalha nazista. A bandeira, explicou Gregor, ele conseguiu de familiares de pracinhas brasileiros que foram à guerra. “Quando uma nação conquistava o espaço de outra, era um troféu levar a bandeira da nação conquistada para casa”, explicou o colecionador.

EXPLOSÃO

Ele também explicou que a peça de morteiro não possuía nenhum poder de fogo, pois estava vazio, servia como adorno em uma estante em sua casa. “Mas a PM levou, encheu de explosivo plástico ao redor e explodiu. Com base nisso, disseram que ainda tinha poder explosivo. Só que o que eles fizeram não foi desativar ou detonar o que tivesse de explosivo dentro. Eles explodiram o artefato, sem fazer qualquer perícia para saber se o que tinha dentro era pólvora mesmo”, analisou Jefferson.

Prisão inviabilizou registro

Gregor Smal estava tentando conseguir registro como colecionador militarista, algo que, normalmente já é difícil conseguir. Mas, por causa da prisão, o sonho tornou-se impossível, já que uma das exigências é não ter antecedentes criminais. Apesar de ter sido inocentado do crime de apologia ao nazismo, ele não conseguiu se livrar do processo por posse de armas e explosivos de uso restrito. Por este crime, Gregor foi preso, respondeu a processo e foi condenado. Mas, diz Jefferson Oliveira Júnior, advogado de Gregor, a juíza errou

no cálculo da pena e ele recorreu ao Tribunal de Justiça. Os desembargadores perceberam o erro de cálculo e reformaram a pena de sete anos e meio para apenas três, que acabou convertida em multa, mais prestação de serviços comunitários a uma escola.

Logo depois da prisão, alguns dos objetos foram devolvidos pela polícia, como o capacete do Batalhão da Guarda Presidencial, medalhas de outros exércitos que não o alemão, entre outros. “O capacete, por exemplo, pertenceu a meu pai, que serviu por dois ou três anos no batalhão

de guarda na época de Jânio Quadros”, explicou.

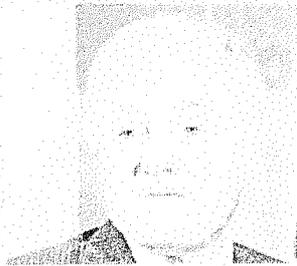
As armas de coleção, Gregor nunca mais verá, pois serão destruídas. Já as medalhas alemãs, que são raras e representam um investimento significativo, um binóculo e o computador que foi recolhido da casa dele, está difícil conseguir de volta. “Sou projetista mecânico há 15 anos e lá no computador eu tinha todos os meus projetos arquivados. Perdi toda a minha vida profissional ali”, disse.

21 JUL 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

No Paredão

De acordo com o blog Caixa Zero, da Gazeta do Povo, o Supremo Tribunal Federal abriu inquérito para apurar se o chefe da Casa Civil do governo do Paraná, Valdir Rossoni (PSDB), cometeu crime ambiental. O inquérito foi aberto em janeiro deste ano, mas não tinha ainda vindo a público. A relatora, ministra Cármen Lúcia, solicitou informações à Polícia Federal sobre o caso. O inquérito tem origem em atos de 2002: as autoridades ambientais acusam o então deputado estadual de ter praticado queimadas e desmatamento em área de preservação ambiental sem sequer ter pedido autorização para isso. Rossoni é dono de uma madeireira no município de Bituruna, na região sul do Paraná.



Mais Gastos

Mesmo em meio a um esforço de ajuste fiscal, o presidente interino, Michel Temer, sancionou sem vetos ontem a proposta que concede reajuste salarial de 41,5% para servidores do Poder Judiciário. A sanção será publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União. O aumento faz parte de pacote de reajustes para diversas categorias do funcionalismo público autorizado pelo governo interino em junho. Pela proposta, o aumento ocorre de forma escalonada em oito parcelas até julho de 2019. Segundo o Ministério do Planejamento, há espaço fiscal para o aumento. O impacto da iniciativa, pelos cálculos do governo interino, é de R\$ 1,7 bilhão para os cofres públicos ainda em 2016.

É Proibido!

A 20ª Vara Cível de Curitiba determinou que a Rede Carrefour deixe de fazer a “venda casada” de seguro residencial, vinculada ao “Cartão Carrefour”, sem prévio consentimento dos clientes. A decisão, com abrangência nacional, decorre de ação coletiva de consumo ajuizada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba. Também é réu na ação o Banco CSF S/A, que comercializava o seguro. As empresas deverão devolver em dobro os valores cobrados indevidamente e ainda pagar multa de R\$ 100 mil por danos morais coletivos. O Carrefour negou prática de venda casada e alega que atua “estritamente de acordo com a legislação, primando sempre pelo respeito aos seus clientes” e que aguarda a decisão final.

21 JUL 2016

Fábio Campana – 21/7/2016

Temer sanciona reajuste de 41,47% para servidores do Judiciário

O presidente em exercício, Michel Temer, sancionou sem vetos nesta quarta-feira o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29, que trata do reajuste das carreiras dos servidores do poder Judiciário e do Ministério Público da União. A medida será publicada nesta quinta-feira no Diário Oficial da União. Juntas, elas terão impacto superior a R\$ 25 bilhões até 2019. As informações são do Estadão.

O projeto estabelece reajuste de aproximadamente 41,47% para os servidores do Judiciário da União. Conforme aprovado no Senado, o aumento será dado, de forma escalonada, em oito parcelas, de junho de 2016 a julho de 2019. A gratificação judiciária, hoje correspondente a 90% do vencimento básico, chegará gradualmente a 140%, em janeiro de 2019. Apenas em 2016 o impacto será de R\$ 1,69 bilhões. Até 2019, a medida irá custar R\$ 22,2 bilhões.

CONTINUA

21 JUL 2016

CONTINUAÇÃO

Os reajustes para servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNPM) têm impacto menor sobre as contas. O aumento custará R\$ 334,9 milhões para os cofres públicos em 2016 e R\$ 3,5 bilhões até 2019.

O projeto prevê reajuste de 12% no vencimento básico de analistas e técnicos do MPU, em oito parcelas, de forma escalonada, de junho de 2016 a julho de 2019.

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

A verdade sobre a morte de minha filha

JOÃO CARLOS SIQUEIRA NATALINI

Lembro-me de que eram exatamente 20h, do dia 16 de setembro de 2015, quando atendi ao telefone. Um dos diretores da escola Waldorf Steiner me ligava. Como tinha um jantar com cliente, perguntei se podia retornar mais tarde. Ele disse que não. “É a respeito da sua filha. Ela sumiu.”

Como assim, sumiu? Ele contou que ela estava com um grupo, separou-se e desapareceu. Isso foi às 14h30 daquele mesmo dia. “Mas por que não me avisaram antes?” Aos 17 anos, a Victória era tímida e até inocente. Não tinha namorados nem muita experiência. Era alegre, gostava de artes, com predileção por rock.

O Queen ia tocar em São Paulo naquele dia, mas, como ela estava numa fazenda em Itatiba [a 85 km de São Paulo], numa atividade curricular que valia nota, compramos ingresso para o show em Porto Alegre, na semana seguinte. Eu iria ficar noivo e daria a notícia à Victória nesse show.

Na fazenda, a atividade consistia num trabalho prático de topografia: medir e mapear o terreno com equipamentos e calcular a área.

Foram 34 alunos a campo, que trabalhavam em grupos de três. O dela tinha um menino e uma menina. Os grupos ficavam espaçados, sem supervisão. Não existia a mínima segurança no local. Havia várias casas de colonos, funcionários da fazenda, trabalhadores que restauravam uma igreja. Da escola, eram três topógrafos, um professor de matemática e a tutora.

Busquei uma investigação paralela. O laudo apontou morte provocada por asfixia mecânica. Minha filha de 17 anos foi vítima de homicídio

A Victória já estava lá havia cinco dias, é difícil imaginar que tenha se perdido. O grupo só avisou a falta dela à tutora às 16h30. Procuraram, fizeram busca e nada. Quase às 18h, um dos topógrafos encontrou o bone de minha filha colocado sobre uma pedra. Ela não o abandonaria, pois tinha valor sentimental.

Cheguei à fazenda por volta das 23h. Foi uma noite horrorosa. Havia homens da Defesa Civil, das Polícias Civil e Militar e um cão farejador. Passei a noite inteira em pé, esperando algum sinal de vida.

De manhã, o helicóptero encontrou o corpo num local bastante afastado da casa da fazenda. Fui o primeiro a ser avisado, choque imenso.

Havia escoriações nos cotovelos, num dos joelhos e no queixo. O laudo da polícia, inconclusivo, sugeriu morte natural, sem mencionar que doença teria acometido uma garota saudável de 17 anos. Ela fazia academia três vezes por semana, nada, tinha alimentação regular e não era alérgica. Não consumira álcool, drogas nem sofrera agressão sexual.

Enterrei minha filha sem saber do que ela morreria. Mergulhei em depressão profunda. Durante todos esses meses só pensava em esclare-

cer essa história.

Busquei uma investigação paralela. Cheguei ao perito criminal Osvaldo Negrini Neto, ex-diretor do Instituto de Criminalística. Ele analisou o material, disse que parecia crime e me abriu o caminho até ao também legista Badan Palhares. Com o trabalho deles, tivemos como argumentar com a Secretaria de Segurança Pública e conseguimos trazer o inquérito para São Paulo.

Um novo laudo, desta vez do Instituto Médico Legal de São Paulo, atestou que a morte foi provocada por asfixia mecânica, contestando a conclusão do parecer inicial. Houve a interrupção das vias aéreas, boca e nariz. Havia marcas no rosto. Segundo os peritos, ela deve ter sido morta em local fechado. Tudo indica que o assassinato ocorreu num local e o corpo foi encontrado em outro.

A escola só ofereceu homenagens vazias, como “Vamos nos vestir de branco”. Eu a proibi de usar a imagem e o nome da minha filha. Se for assim, que seja para dizer a verdade: foi homicídio.

Existem elementos suficientes para indiciar a escola e a tutora, pois possuíam ciência do risco. Está na hora de a escola responder pela responsabilidade que lhe cabe.

Os detalhes sobre o caso podem ser acompanhados por campanha que lançamos no Facebook. Acesse pela página Victória Natalini Justiça.

JOÃO CARLOS SIQUEIRA NATALINI, 51, é engenheiro mecânico, pós-graduado em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP)

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Casa para quem pode

Caixa privilegia crédito para imóveis mais caros, enquanto política habitacional vive impasse com esgotamento dos subsídios à baixa renda

A derrocada do crédito para a compra da casa própria é uma das facetas mais visíveis da atual recessão, tanto quanto a expansão dos financiamentos esteve entre as marcas principais do ufanismo econômico dos governos petistas.

De R\$ 12,4 bilhões, em dezembro de 2014, a concessão de empréstimos habitacionais para pessoas físicas havia minguado para R\$ 7,2 bilhões em maio deste ano, conforme os dados mais atualizados do Banco Central.

Há mais de um motivo, decerto, para tamanha queda. Famílias atormentadas pelas incertezas do presente tornaram-se menos propensas a assumir dívidas de longo prazo; a piora do emprego e da renda minou os depósitos nas cadernetas de poupança, principais fontes do crédito direcionado à classe média.

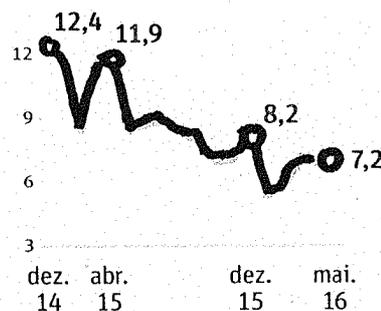
Do lado do governo, o encolhimento da arrecadação de impostos forçou cortes bruscos nos subsídios reservados aos programas de casas populares.

Nesse contexto, compreende-se a lógica de mercado na decisão da Caixa Econômica Federal, o maior agente do setor, de privilegiar operações voltadas para o público mais abastado, capaz de adquirir imóveis de até R\$ 3 milhões —o novo teto adotado pelo banco estatal, correspondente ao dobro do limite anterior.

Obviamente bem recebida por construtores e corretores, a medi-

CRÉDITO HABITACIONAL

Concedido a pessoas físicas, R\$ bilhões



Fonte: Banco Central

da não deixa de ser simbólica do impasse vivido pela política habitacional do país. A imagem da Caixa, afinal, está associada aos financiamentos a pobres e remediados, na faixa de preço até R\$ 750 mil que conta com juros e condições especiais definidas na legislação.

A trajetória de redução do déficit nacional de moradias foi interrompida. Estima-se que cerca de 6 milhões de domicílios, 9% do total, proporcionem condições de vida precárias ou por demais onerosas para seus habitantes.

A enorme maioria dos casos, evidentemente, envolve famílias de baixa renda, alvo prioritário do Minha Casa, Minha Vida —que, privado de recursos, praticamente paralisou no ano passado as contratações voltadas a esse estrato.

Será restrito, por anos à frente, o espaço orçamentário para que o programa oficial volte a conceder, em larga escala, subsídios quase integrais a seus beneficiários. À falta do atalho, sobra o longo percurso de diminuição dos juros, do desemprego e do contingente a depender do amparo do Estado.

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Presidência proíbe uso de estacionamento após chegada de primeira-dama

Marcela Temer estava incomodada com a exposição da família e com a possibilidade de serem feitas fotos a partir do local

A ida de Marcela Temer, mulher do presidente interino, Michel Temer, e de seu filho para Brasília tem provocado mudanças na rotina e nos protocolos do Palácio do Jaburu, residência oficial da vice-presidência da República.

Uma das medidas tomadas recentemente foi a proibição do uso do estacionamento público localizado na entrada do local, que chegou a ter seu acesso bloqueado por um período logo que Temer assumiu o comando do país, em maio deste ano.

Segundo a **Folha** apurou, Marcela ficou incomodada com a exposição que poderia ter e com a possibilidade de que fossem feitas fotos da área privativa do palácio caso a imprensa ficasse naquele lugar.

Na semana passada, por exemplo, ela e Temer fizeram uma caminhada no perímetro interno do palácio registrada por cinegrafistas e fotógrafos.

Na terça (19), os jornalistas que acompanharam o jantar de Temer com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), já não puderam usar o estacionamento.

Os seguranças do Jaburu indicaram, então, uma outra região onde os carros de reportagem e veículos particulares poderiam ser estacionados. Os locais improvisados

eram em cima de um canteiro de grama afastado da entrada da residência, que teve parte do meio-fio quebrado para facilitar o acesso, ou em uma faixa de asfalto "zebrada" com a marcação de proibição para o tráfego. Ambos irregulares, portanto.

A Secretaria de Comunicação da Presidência da República negou que a restrição ao uso do estacionamento público tenha sido pedido por Marcela.

De acordo com o órgão, a equipe de segurança presidencial avaliou que, por ser uma área de segurança nacional, seria mais adequado que jornalistas e visitantes ficassem em um local mais afastado.

Outra questão que foi levada em consideração foi o fato de o Palácio do Jaburu ter apenas uma entrada e saída, que passam justamente pelo estacionamento.

A Secom destacou ainda que a responsabilidade pelos veículos é de cada pessoa que estaciona no local, o que foge ao controle da segurança e da comunicação da Presidência. A assessoria disse também que a segurança não está autorizada a indicar nenhum lugar irregular para o estacionamento de veículos.

(MARIANA HAUBERT)

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

GRANDE ENCONTRO

O ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e o juiz Sergio Moro são os convidados da Fiep (Federação das Indústrias do Paraná) para o lançamento do site "Vote Bem", que a entidade prepara com outras 30 instituições. Mendes dará palestra sobre "Defeitos e virtudes do atual processo eleitoral".

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

Para Paes, candidato suspeito de agressão no Rio é 'supermarido'

Pedro Paulo (PMDB) foi oficializado na disputa pela Prefeitura do Rio e pediu apoio de Temer no palanque

Candidatura esteve por meses indefinida devido a investigação no STF sobre suspeita de violência à ex-mulher

ITALO NOGUEIRA
DO RIO

O deputado federal Pedro Paulo (PMDB-RJ), oficializado nesta quarta-feira (20) como candidato à Prefeitura do Rio, afirmou esperar ter em seu palanque o presidente interino Michel Temer.

Ex-aliado da presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o deputado afirmou que o governo Temer já fez o país começar a "virar a página da crise política e econômica".

"O presidente Michel Temer é do meu partido. O PMDB estabeleceu o hábito aqui no Rio de trabalhar em parceria. Espero que ele venha para o meu palanque", disse Pedro Paulo, que votou a favor do afastamento de Dilma.

O peemedebista agradeceu, além do prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB), o ex-governador Sérgio Cabral, investigado na Lava Jato.

O PMDB confirmou a candidatura após meses de indefinição por causa da investigação que corre no STF (Supremo Tribunal Federal) contra o deputado por suspeita de agressão à ex-mulher.

O principal padrinho de seu nome foi o atual prefeito, que o chamou na convenção do PMDB de "supercidadão, superpai e supermarido".

"Os boatos de que ele não seria candidato vieram dos adversários, que não queriam enfrentá-lo na eleição. Ninguém coliga com candidato que não tenha chance eleitoral", afirmou o presidente do PMDB-RJ, Jorge Picciani, referindo-se à aliança de 16 partidos em torno do deputado.

Pedro Paulo indicou que vai responder a eventuais ataques em relação à investigação de agressão com o parecer da Polícia Federal, que solicitou arquivamento do caso. O inquérito, contudo, segue em andamento.

"Fiquei muito feliz quando a PF, que todos conhecem o rigor, sugeriu o arquivamento do caso. Mas vamos deixar a PGR [Procuradoria-Geral da República] concluir o inquérito", afirmou.

Seus aliados tentaram escolher uma mulher como vice. Mas após duas recusas, o posto segue vago. O PDT deve indicar o deputado estadual Bebeto (PDT), ex-jogador da seleção brasileira.

21 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Nenhuma estatística tem a capacidade de alterar o texto constitucional, segundo o qual somente após o trânsito em julgado de condenação criminal pode haver execução da pena (“O perigoso jogo da retórica”, *Tendências/Debates*, 20/7).

CRISTIANO AVILA MARONNA, advogado e vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (São Paulo, SP)

20 JUL 2016

FOLHA DE S. PAULO

O perigoso jogo da retórica

ADILSON SIMONIS E MARCELO GUEDES NUNES

Os advogados Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay) e Pedro Machado de Almeida Castro escreveram, no fim de junho, um artigo em que criticavam o uso de números como fundamento de decisões no Judiciário. Manifestaram preocupação com o fato de o STF (Supremo Tribunal Federal) ter baseado certas decisões em pesquisas estatísticas.

Para os autores, a utilização de números seria uma prática duvidosa, um jogo perigoso de ocultação de premissas e vícios metodológicos capaz de induzir os juizes ao erro. Por tal razão, os julgamentos deveriam ser pautados tão somente pela interpretação do direito posto.

É compreensível a preocupação com a qualidade e o uso das pesquisas estatísticas. No entanto, ao se precipitar em críticas genéricas e defender uma linha de aplicação aséptica das leis, o artigo incorre em alguns equívocos.

O direito não é um ramo da literatura dedicado a interpretar textos legais. É um conjunto de instituições sociais, que tem por objetivo civilizar o homem e pacificar a vida em sociedade. As decisões de um tribunal não são abstrações lógicas, e o direito persegue objetivos concretos, como reduzir a criminalidade, o desemprego, o congestionamento de processos e o número de empresas falidas, por exemplo.

A estatística é um passo de fato indispensável para que o debate jurídico não se perca em um palavrório totalmente descolado do mundo real

Para tal, não basta aos juizes, especialmente os de tribunais especiais, apenas conhecer o texto legal. Devem estar atentos às consequências práticas de suas decisões. Isso passa pela análise de dados estatísticos relativos à realidade na qual o caso se insere.

Por isso, faz todo sentido o ministro Roberto Barroso, do STF, analisar as taxas de reforma recursal quando discute o início da execução da pena a partir da segunda instância. Se anteciparmos o cumprimento da sentença, quantas pessoas serão presas e depois soltas quando ocorrer o trânsito em julgado? Quantos condenados deixam de cumprir pena por conta da lentidão dos julgamentos em Brasília?

Produzir e entender esses números não é um jogo perigoso: é um passo elementar, indispensável mesmo, para que o debate não se perca em um palavrório descolado da realidade.

Obviamente, as pesquisas estatísticas podem apresentar falhas no planejamento ou execução. Mas es-

ta é a vantagem da estatística: ela obriga os pesquisadores a explicitarem suas premissas, permitindo a reprodução e a avaliação crítica dos resultados pela comunidade.

Convenhamos que o halterofilismo bibliográfico praticado nos tribunais, por meio de citações doutrinárias e argumentos de autoridade, não permite o mesmo escrutínio, mas pode igualmente induzir ao erro.

Concluindo, a discordância em relação à metodologia de uma ou duas pesquisas não deveria motivar uma crítica indiscriminada ao uso da estatística nos tribunais. Trata-se de uma generalização apressada.

Para que a Justiça cumpra sua função, é fundamental que tribunais e advogados se preparem para lidar com números.

Como lembra o haicai do saudoso Millôr Fernandes, em uma lição que ainda hoje cai como uma luva para os nossos advogados: "pra sonhar de verdade / é preciso antes encarar / a realidade".

ADILSON SIMONIS, 59, é conselheiro da Associação Brasileira de Jurimetria, professor livre-docente e chefe do Departamento de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística da USP

MARCELO GUEDES NUNES, 41, é advogado, diretor do Instituto dos Advogados de São Paulo, presidente da Associação Brasileira de Jurimetria e autor do livro "Jurimetria: como a Estatística pode Reinventar o Direito"